

ATA DE ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
MANDATO 2013 A 2016
ATA NÚMERO SETENTA E CINCO

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas reuniu-se no edifício da Casa do Povo de Vila Nova de Anha, sob a presidência de Duarte Figueiredo, a Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha com a presença, pela parte do Partido Social Democrata, de Lúcia Marinho, Domingos Pereira e Eduardo Torres, pela parte do Partido Socialista, de Ricardo Rêgo e José Silva. Catarina Portela e Vera Amorim, eleitas nas listas do Partido Social Democrata, justificaram as suas ausências sendo substituídas por Leonel Vila-chã e Fernando Damião respectivamente. Leonel Vila-chã tomou o lugar de secretário na mesa. Também estiveram presentes: Rui Matos, José Carlos Gonçalves e Sofia Novo, do corpo executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha.

A ordem de trabalhos da presente reunião era a seguinte:

1. Período antes da ordem do dia.
2. Informações do Presidente da Junta.
3. Apresentação, Discussão e Votação do Regulamento de Taxas.
4. Apresentação, Discussão e votação do Relatório de Actividades e Contas de Gerência do Ano de 2014.
5. Assuntos de interesse: Junta de Freguesia/Associações.

Antes de dar cumprimento à ordem de trabalhos, procedeu-se à aprovação, com duas abstenções, da ata nº74, respetiva à sessão anterior.

No período de antes da ordem do dia os elementos de Partido Socialista entregaram uma **“Moção de Louvor à ADCA”** que foi lida pelo Presidente da Assembleia e que se encontra anexa à presente ata. Inscreveram-se José Silva e Ricardo Rêgo. Tomou a palavra José Silva cuja sua intervenção se passa a transcrever *“Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha e restantes membros que compõem a Mesa, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha, e restantes membros que compõem o executivo, Colegas eleitos para a Assembleia de Freguesia,*

Minhas Senhoras e meus Senhores.

Após um período de ausência e em respeito a esta Assembleia de Freguesia, cumpre-me utilizar este primeiro ponto da ordem de trabalhos, para defender a minha dignidade e honra, pelo que passo a descrever:

- *Na Assembleia de Freguesia realizada no dia 29 de Abril de 2014, aproximadamente há um ano, no período antes da ordem do dia, debateu-se um assunto relacionado com o pagamento*

de senhas de presença em Assembleias de Freguesia à minha pessoa, onde o Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia terá esclarecido que o pagamento se teria realizado no dia trinta e um de Março de dois mil e treze, conforme se constata na Ata n.º 71 desta Assembleia de Freguesia.

- *Também nessa mesma Assembleia, a Exma. Senhora Deputada Lúcia Novo, na sua intervenção sobre o mesmo assunto, declarou abdicar das senhas de presença, realçando que a sua participação não era movida por questões monetárias.*

Posto isto, devo dizer que, quando inicialmente afirmei a utilização deste ponto da ordem de trabalhos como sendo “em respeito à Assembleia de Freguesia”, refira-me, como é evidente, à informação prestada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia sobre o assunto em causa, pois de facto o pagamento de tais presenças em Assembleia à minha pessoa somente foi realizado no dia 1 de Abril de 2014, às 12:07:08 horas, através de operação Caixa e-banking, e não tenho a menor dúvida de que só o fez quando teve conhecimento de um “post” colocado por mim, no meu facebook, às 00:22 horas do próprio dia 01 de Abril, intitulado de “Falar Verdade”, onde denunciava a falta de cumprimento do vosso ofício dirigido à DGAL.

Provavelmente, o Senhor Presidente da Junta alegará que não haveria necessidade de recorrer a uma página social, mas com toda a certeza, se eu tivesse recorrido a um pedido de esclarecimento ao executivo a que preside, através de meios administrativos, talvez ainda estivesse à espera de resposta, como aconteceu com o “mail” que lhe enviei no dia 21-11-2013.

Exmo. Senhor Presidente da Junta: pode desprezar este meus comentários, mas no mínimo, entendo eu, deveria, em respeito a esta Assembleia, corrigir o esclarecimento prestado por si na Assembleia de 29 de Abril de 2014, repondo assim a verdade.

Quanto à defesa da minha dignidade e honra, cumpre-me deduzir, baseado na expressão “Para bom entendedor, meia palavra basta”, que a intenção da Senhora Deputada Lúcia Novo, quando afirmou nessa mesma Assembleia de Freguesia que a sua participação não era movida por questões monetárias, não foi outra senão a de denegrir a minha imagem, pois o realce sobre questões monetárias era de todo evidente que se referia à minha pessoa.

Exma. Senhora Deputada Lúcia Novo: cumpre-me esclarecê-la que a exigência do pagamento das minhas senhas de presença se deve única e simplesmente à defesa dos meus direitos e, por conseguinte, não lhe posso admitir juízos falsos sobre a minha Idoneidade Moral. Poderia descrever-lhe inúmeras atividades em que, voluntariamente, dediquei e dedico parte do meu tempo sem usufruto de qualquer tipo de remuneração ou subsídio, considerando também que, para além disso, me orgulho de as participar, cujo valor global anual ascende a cerca de 200,00€. Como sabe, e dirijo-me a si, Senhora Deputada Lúcia Novo, estas cotizações

pautam-se por um valor global superior ao auferido anualmente pelas presenças da Assembleia de Freguesia.

Continuando e utilizando a conhecida expressão de Vitorino Nemésio, “Se bem me lembro”, a Senhora Deputada terá colocado um “post” numa das páginas do Facebook, identificando alguém de “Tonto ou fraco de espírito”; pois, Exma. Senhora Deputada, para mim, todas as pessoas que fazem juízo das outras sem as conhecer, não têm qualificação, ou, no mínimo, qualifico-as por mentecaptas.

Termino a minha intervenção no P.A.O.D., felicitando todas as instituições de Vila Nova de Anha pelas dignificantes prestações desenvolvidas em prol da nossa terra, realçando o recente reconhecimento como Instituição de Utilidade Pública à Associação Desportiva e Cultural de Anha, prestado pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, bem como o reconhecimento do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Monte da Ola em relação à mesma Associação ao integrá-la, por cooptação, nesse órgão, como membro representante da comunidade local..” .

Ricardo Rêgo efectuou a sua intervenção que se passa a transcrever “Nos termos da Lei nº169/99, de 18 de Setembro com a nova redacção da Lei 5-A de 2002, compete ao Executivo da Junta elaborar o Relatório de Actividades e Conta de Gerência e submetê-lo à aprovação da Assembleia de Freguesia. No entanto, e considerando que todos os cidadãos eleitos devem prestar contas da sua actividade, os membros do Partido Socialista consideram que também eles o devem fazer. E é com o sentimento de dever cumprido que fazemos o balanço da actividade enquanto membros da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha.

Ao longo deste ano, analisámos criticamente a actividade da junta de freguesia, mas não o fizemos apenas por o fazer. Associada á critica apresentamos soluções, que muitas vezes foram tidas em conta pelo executivo. Desta forma, consideramos que o espírito de colaboração deve ser mantido nos próximos anos, sendo certo, que a concordância em pleno é algo que nunca alcançaremos mas que é salutar pois é na discussão das divergências que muitas vezes se encontram as soluções mais adequadas.

Enquanto oposição, não nos demitimos nunca de procurar encontrar as sinergias necessárias para resolver algumas situações que consideramos prioritárias e que faziam parte do nosso plano estratégico aquando da campanha eleitoral. Não pretendemos assumir um papel de “junta de freguesia sombra” nem tão pouco queremos “publicidade gratuita”, queremos apenas o desenvolvimento da freguesia e por isso congratulemos pelo envolvimento na resolução do “passadiço da escola primária”, arruamento na Rua Nova e outras situações de dimensão mais pequena mas de igual importância.

Acima de tudo aquilo que nos moveu foi sermos Anhenses e não membros de um partido político.

Provavelmente, a seguir a este meu discurso outros virão dizendo que isso é muito pouco. Realmente isso é verdade, é muito pouco para aquilo que queremos mas “grão a grão enche a galinha o papo” e nós estaremos aqui para dentro das nossas possibilidades conseguirmos juntar todos os grãos possíveis, NÃO NOS PODEM PEDIR QUE FAÇAMOS O TRABALHO DOS OUTROS”. Finalizou lembrando a mesa que lhe foi prometida na última assembleia resposta ao requerimento feito e ainda não recebeu nada, referiu também que a moção de louvor apresentada tem como objetivo ficar apenas ao processo de constituição da ADCA como Instituição de Interesse Público. Entretanto e devido à intervenção de José Silva, Lúcia Marinho pediu a palavra em defesa da honra para lembrar que prescindiu do recebimento das senhas de presença de livre e espontânea vontade, não tendo referido o nome do Sr. José Silva em momento algum da Assembleia de Freguesia anterior. José Silva tomou a palavra para esclarecer que se sentiu atingido pela referência que Lúcia Marinho fez de não se mover por interesses financeiros. De seguida tomou a palavra o Presidente da Junta e começou por salientar que se devia falar de coisas importantes nas Assembleias de Freguesia. Referiu que nenhuma das pessoas que estão aqui está contra a utilidade pública da ADCA. Se estivesse votado o estatuto de utilidade pública concordava, mas lembrou que primeiro a Câmara Municipal envia para o Primeiro-ministro o processo de candidatura que será posteriormente avaliado por uma comissão de análise e só depois de passar na comissão poderá ser validada pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. Em sua opinião, estar a votar menções antes de concretizados todos estes passos, é andar com o carro à frente dos bois e como tal, em sua opinião optava pela abstenção na votação.

De seguida procedeu-se à votação da moção que foi aprovada com cinco votos a favor e três abstenções.

No ponto dois da ordem de trabalhos, o Presidente da Junta começou a sua intervenção referindo que desde 2009 sente gosto em estar rodeado por pessoas que sejam reais mais-valias. E gosta de agradecer e para além da lápide que promoveu para o Dr. Alípio, também gostava de agradecer publicamente ao Dr. Duarte Figueiredo pela ajuda no desbloqueio do financiamento da construção da piscina do Centro Social e Paroquial. Não interessa quem se esforça por promover investimentos em Anha. O que interessa, para a comunidade, é que a obra se faça.

Tem um problema para resolver no Rodanho e o processo já contemplou 42 visitas ao Ministério Público, tendo já sido constituído arguido 6 vezes. Informou que o Presidente da Junta foi condenado a pagar as custas do tribunal e ainda hoje foi visitado por três guardas de GNR no seu trabalho para o constituírem arguido. Finalizou informando que a Junta de Freguesia tem prestações à Segurança Social em atraso.

De seguida procederam-se às inscrições, sendo os intervenientes, Duarte Figueiredo e Ricardo Rêgo.

Tomou a palavra Duarte Figueiredo e começou por agradecer as palavras do Presidente da Junta, salientou que quando se faz por gosto não custa nada, informou que efectuou um trabalho de “lobby” pela piscina e apoiou o Dr. Alípio para avançar com a obra. Relativamente ao Polis realçou que só se conseguiram 300 mil euros para a Vila Nova de Anha, dado que os accionistas, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Câmara Municipal de Esposende, Câmara Municipal de Caminha e Estado, é que decidem onde investir. Assim as melhorias efectuadas em Afife, Carreço, Praia Norte e Amorosa são da responsabilidade da Câmara Municipal e como tal os administradores limitam-se a executar. O conseguido para Vila Nova de Anha foi no plano dunar, que é responsabilidade do accionista Estado, em que os administradores têm mais autonomia. Lembrou por fim que se não fosse esta intervenção, Vila Nova de Anha era a única freguesia que não tinha qualquer intervenção do programa Polis Litoral.

De seguida tomou a palavra Ricardo Rêgo e começou por dizer que não tinha intenção de intervir mas teve de o fazer. Disse que o processo da Praia do Rodanho é muito complicado e deve ser deixado para outros locais. Afinal ficou a saber que o José Manuel não pagava impostos. Num orçamento de oito mil euros, o Presidente da Junta disse que lhe deviam cinco mil euros e ao Carlos Gonçalves três mil euros, assim sendo o relatório de contas não espelha isso. Quanto aos processos disse que não vai discutir dado o que está apresentado com os Irmãos Peixoto. Para finalizar disse que é testemunha no processo de Regina Simões a favor da mesma. Disse que vai dizer a verdade. Aconselha o Presidente da Junta a chegar a acordo antes que o caso tome outras dimensões e alertou que tudo começou com a contratação do coveiro.

De seguida o Presidente da Junta tomou a palavra para salientar que reconhece o mérito da Assembleia de Freguesia, mas não se demite das suas funções. Na última Assembleia Municipal estava numa situação de fragilidade, e mesmo assim interveio na mesma alertando para o artigo na revista Visão, que classificou a nossa praia entre as doze melhores do país, e chamou a atenção o Presidente da Câmara para a falta de investimento no Rodanho.

Passou-se então ao ponto três da ordem de trabalhos onde o Presidente da Junta apresentou a necessidade de fundamentar as taxas juridicamente por forma a justificar os montantes pedidos. Lembrou que a tabela já está votada e aprovada desde Dezembro. Assumiu o compromisso com o grupo do Partido Socialista para apresentar um regulamento que suportasse a tabela de taxas aprovada.

Inscreeveu-se Ricardo Rêgo que usou da palavra para dar o mérito ao envio do regulamento em Janeiro, o qual considera que está muito bem feito. A questão que se coloca é que em seu entender há um erro de cálculos. Seguindo a fórmula, as taxas estão acima da fórmula, portanto a cobrança deve ser em função da fórmula. Como tal todos os atestados têm que ter todos o mesmo preço. Se for a seguir a fórmula votará a favor. Alertou que a taxa de utilização da capela do cemitério é de trinta e cinco euros e como tal poderá ser cobrado trinta e cinco euros. Se o Presidente da Junta pedir a retificação das taxas

vota a favor se não vota contra.

Tomou a palavra o Presidente da Junta que disse que acolhia a correção referida, como tal proceder-se-á à rectificação do documento. Lembrou que quando foram votadas as taxas não havia regulamento. Pediu a votação com a salvaguarda da correção em função da fórmula do regulamento. Sendo que ficaria expresso em ata que a Junta de Freguesia iria alterar a tabela Anexa de forma a introduzir os valores resultantes da aplicação das fórmulas. Referiu também a salvaguarda da capela do cemitério em que o valor não se aplica.

Procedeu-se à votação, sendo o Regulamento de Taxas aprovado por unanimidade.

Passou-se então ao ponto quatro da ordem de trabalhos onde o Presidente da Junta alertou inicialmente para um erro na página 11, onde os valores relativamente à Segurança Social não estão correctos e que não foram atempadamente detectados, sendo que já estavam corrigidos. Prosseguiu dizendo que era um documento que reflectia e demonstrava o trabalho do ano anterior. Referiu que o Presidente da Câmara o tinha contactado solicitando a indicação de três obras para o resto do mandato, sendo que ao contrário de 2009 não assumiu compromissos relativamente às mesmas. O Presidente da Junta e o Executivo solicitaram colaboração ao Ricardo Rego e aos restantes representantes do Partido Socialista que concordaram e ficou definido que as prioridades seriam a Rua Nova, o Complexo Desportivo e a melhoria de Rede de Saneamento. Afirmou que tem um compromisso de diminuir a dívida da Junta de Freguesia em 10% ao ano. Sublinhou que tinham abdicado de muitas atividades sociais e culturais para resolver a dívida. Tentamos apoiar as associações mas com os financiamentos cada vez mais escassos fazemos o possível. A Junta de Freguesia ofereceu a carrinha Mercedes Vito à ADCA. Constituiu com a A.M.V.N.A., por intermédio do programa Portugal 2020, a cedência da Escola dos Centenários por vinte anos para que a mesma se possa candidatar a fundos para a sua requalificação.

Inscreveram-se para intervir José Silva, Ricardo Rêgo e Lúcia Marinho. Tomou a palavra José Silva, passando-se transcrever e sua intervenção *“Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Anha e restantes membros que compõem a Mesa, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha, e restantes membros que compõem o executivo, Colegas eleitos para a Assembleia de Freguesia, Minhas Senhoras e meus Senhores.*

Após leitura e análise do relatório de Gestão e Contas de Gerência do ano 2014, conclui que se trata de um documento menos extenso que o anteriormente apresentado pelo executivo da Junta de Freguesia, referente ao ano de 2013, mas no seu conteúdo deparo-me com um “copiar/colar”, à excepção da mensagem do Presidente e dos números apresentados, como é evidente, senão vejamos alguns exemplos:

- *Desde a página 6 até á pagina 18, apenas se verifica diferença em três parágrafos e duas marcas. Refiro-me ao quinto parágrafo da página 9 (três linhas), ao terceiro e quarto parágrafo da página 12 (quatro linhas), à quinta e décima marca do subtítulo III.IV Funções Económicas;*
- *No subtítulo III.IV Funções Económicas, destacam projectos que parecem nunca acabarem, ou então por conveniência, para que o slogan “Anha não Pára” faça sentido, são efectuados lentamente, pois:*
 - *A obra “Requalificação do acesso ao largo das Camboas e seu alargamento”, vem a ser descrita em relatórios desde 2012.*
 - *A obra “Alargamento Rua Valada”, foi descrita no relatório de 2013.*
 - *A obra “Alargamento da Rua das Camboas”, vem a ser descrita desde 2011.*
 - *Continuam desde 2012, a descrever a “Colaboração na execução das obras de beneficiação do loteamento das Lages”, obras essas da responsabilidade de um particular, e que me parece, estarem interrompidas à mais de um ano.*
 - *A obra de “Alargamento da Av. 9 de Julho (Noval)”, também ela, descrita no relatório de 2013, parece-me intensão de a projectar até 2016, nem que seja apenas a colocar, um paralelo por ano.*

Meus caros colegas da Assembleia de Freguesia, chamo atenção para as únicas diferenças por mim descortinadas no relatório em discussão, das quais, algumas contêm algo de inverdade, senão reflectam:

- *O executivo da Junta de Freguesia refere no terceiro parágrafo da página 12, que se cumpriu a execução e construção dos de saneamento, no Lugar das Lages, Rua do Azevinho e Rua Dr. José Alpuim, mas consultando o Plano de Actividades para o ano de 2014 e também o relatório de 2013 onde referiram as obras agendadas para execução (3.º parágrafo da página 12 do Relatório de Gestão – Conta de Gerência 2013), a obra da rua Dr. José de Alpuim, não estava agendada e sabem porquê? Caros colegas, essa obra foi executada pela persistência de um morador aos Serviços Municipalizados Saneamento Básico de Viana do Castelo, com a colaboração de alguém a quem ele recorreu, e que tanto quanto sei, não foi através da Junta de Freguesia.*
- *Se o alargamento descrito na quinta marca do único parágrafo do subtítulo III.IV Funções Económicas, se refere a um alargamento a seguir ao n.º 472 da rua Casa da Fábrica, trata-se nem mais nem menos de outra descrição de “Política de Cuco”,*

pois, por casualidade consegui ver o desenvolvimento dessa obra e nunca visionei algum colaborador da Junta de Freguesia em tal obra ou se foi adjudicada a alguma empresa e por quanto ficou tal adjudicação?

- *Que dizer sobre o conteúdo referido no quinto parágrafo da página 9 “Importante de igual forma foi a colocação, no logradouro da Escola EB 1 do Cruzeiro, do tão reclamado passadiço entre escolas, com apoio incondicional do Município e da Associação de Pais”? Bem, eu digo algo, ou melhor, recordo a minha intervenção sobre esta questão em particular na Assembleia de Freguesia de 19 de Abril de 2013, a qual, terminou assim: “Espero não se esquecer deste alerta, advertindo-o para não aparecer no futuro como o verdadeiro promotor da obra do passadiço da escola, se, porventura for elaborado pela Câmara Municipal, Comissão de Pais, ou outros, pois terá na minha pessoa, um denunciador de mentiras.” Em função do meu compromisso, proponho que este parágrafo passe a ter a seguinte redacção: Importante de igual forma foi a colocação, no logradouro da Escola EB 1 do Cruzeiro, do tão reclamado passadiço entre escolas, promovido pelo Município e apoio da Associação de Pais.*

Por fim questionar a Junta de Freguesia dos seguintes pontos:

- *Porque é que a exemplo dos relatórios de gestão e contas anteriores, não descreveram no Título, “II Breve Caracterização da Junta de Freguesia”, o número de colaboradores?*
- *A viatura adaptada para combate a incêndios se esteve parada todo o ano de 2014, pois verifica-se através do relatório de contas (código 02.02.12.01), não ter havido qualquer despesa com seguro?*

Qual a razão da Junta de Freguesia não apresentar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação?”.

De seguida tomou a palavra Ricardo Rêgo e perguntou ao Presidente da Junta sobre os rendimentos das taxas cobradas e despesas com água e luz. Perguntou sobre a rubrica de “pessoal em outra situação”, se quer dizer pessoal a recibos verdes. Questionou sobre os valores das exumações que se cobram €220 e as pessoas pagam. Quem passa recibo dos trabalhos prestados? Porque não dar às pessoas a hipótese de se escolher a pessoa que faz o trabalho? Em sua opinião os valores que cobram davam para fazer as obras no cemitério não havendo necessidade de uma cobrança de taxas para esse efeito. Para finalizar alertou que a situação do estaleiro junto ao Jardim-de-infância deve ser resolvida.

De seguida tomou a palavra Lúcia Marinho e começou por dizer que se analisarmos de grosso modo

as contas, a Junta de Freguesia teve um excelente desempenho nas rubricas da receita e cobrança de taxas. A dotação de receitas próprias aumentou em cerca de dezanove mil euros. Realçou o fato do FEF ter sido reduzido em quinze por cento e sem as receitas não se pode valer a todas as dívidas. As dotações da Câmara Municipal foram reduzidas em quarenta por cento.

Tomou a palavra o Presidente da Junta que começou por dizer que hoje o seu Partido é Vila Nova de Anha. Mais importante que cuidar dos mortos é cuidar dos vivos. O seu objectivo principal é ajudar a longevidade da população. No ano passado houve um aumento de receitas devido à venda de sepulturas. A receita do coveiro é apurada diretamente entre o cliente e o coveiro. O coveiro tem a obrigação de entregar à Junta sessenta euros e há, necessariamente, documentos contabilísticos que suportam estas operações. As taxas de enterros são as mais baratas da região. Foram feitos guarda corpos nas escadas do cemitérios, pinturas e arranjos urbanísticos. Há investimento no cemitério. Realçou que nas Camboas foram contratadas pessoas, que fizeram excelentes trabalhos. Realçou o Presidente da Junta que há coisa que se conseguem fazer melhor em conjunto. Para resolver o problema da dívida o papel é do Presidente da Junta. Tivemos o estaleiro na Escola dos Centenários e colocamo-lo no terreno junto ao Jardim-de-infância, para tal é preciso a colaboração da ADCA. Esclarecer, a seu tempo, os pontos de forma a poder ser utilizado o espaço por baixo do balneário do complexo desportivo.

Procedeu-se então à votação com dois votos contra e seis votos a favor, sendo as propostas de Relatório de Atividades e Contas de Gerência do Ano aprovadas. O grupo do Partido Socialista entregou uma declaração de voto por escrito que se encontra apensa à acta.

Passou-se então para o ponto cinco da ordem de trabalhos. O Presidente da Junta esclareceu a Assembleia, do acordo conseguido com a GMG, no valor de 36.000€, a pedido do seu representante legal. O acordo tem o perdão de juros e paga-se somente o capital em dívida, é isso que se pretende com o acordo extra judicial. A conjuntura actual é muito negativa, em 2009 as transferências da Câmara Municipal foram de cerca 400 mil euros e em 2013 foram de cerca 103 mil euros. Importante realçar que o membro da Junta de Freguesia, Carlos Gonçalves foi tesoureiro do Centro Social e Paroquial durante doze anos. O protocolo entre a Junta de Freguesia e a Associação Musical de Vila Nova de Anha foi feito sempre com o conhecimento do Presidente da Câmara. Foram salvaguardados os direitos das outras associações e não pode ser vedado o acesso às entidades que usufruem do espaço. A escola será sempre da Junta de Freguesia. Referiu que o Presidente da Câmara acredita no projecto e nos próximos dois anos garante o financiamento para o arranque das obras. O problema do complexo desportivo vai avançando e a Junta de Freguesia não vai pagar mais à ADCA, pretende-se renegociar o acordo por um prazo mais curto que o inicial ou por um espaço mais pequeno.

Inscreveu-se Ricardo Rêgo e disse que não poderia intervir sobre o protocolo da AMVNA dado que

não o viu e como tal não pode emitir opinião. Gostava que fosse facultado o protocolo para poder ser considerado.

Passou-se então para as intervenções do público, inscreveram-se João Maciel, Conceição Lima, Carlos Oliveira, Carlos Meira, Manuel Domingos, José Meira, Ingrid Van Dorpe e José Manuel Freixo.

Tomou a palavra o Sr. João Maciel e falou que está cheio de taxas e que já gastou 1300 euros e que a Junta de Freguesia não realizou as obras. Pagou uma grelha metálica, foi à Câmara para resolver a situação, o projecto está suspenso e a Junta de Freguesia não faz as obras das águas pluviais que provêm do loteamento.

De seguida a Sra. Conceição Lima perguntou se o regulamento de taxas contemplava alguma excepção para as pessoas em situação de desemprego.

Tomou a palavra o Sr. Carlos Oliveira e disse que o Presidente da Junta anda a lutar pela estrada, pergunta porque é que o Presidente da Junta só vai lá quando as obras começam, considera que a Rua Nova só está feita por intervenção do Ricardo Rêgo.

O Sr. Carlos Meira fez a sua intervenção que entregou por escrito e se passa a transcrever *“Muito boa noite a todos. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Srs. Deputados da Assembleia d Freguesia, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, minhas senhoras e meus senhores.*

Lamento em primeiro lugar, a falta de acesso às atas da Assembleia de Freguesia recentes (acta nº74).

Lamento também ter que mais uma vez ter expor publicamente a nossa indignação, e a razão que assiste á família de Francisco Meira e Augusta do Cuncho, nossos pais! Sentimo-nos honrados e orgulhosos, porque cederam mais de 300 metros quadrados da sua propriedade, em “Bouça de Mosos” ao domínio público para abertura da Rua do Campo do Mestre e em boa-fé o fizeram, com uma contrapartida! O alargamento da rua de Sendim até à sua residência. Até hoje muito pouco foi feito e todos sabemos disso. Já agora uma proposta, Sr. Presidente e Srs. Deputados e todo o Executivo. Em data a combinar fazer um percurso automóvel com início do lado nascente da rua do Campo do Mestre até ao lado norte, passando pela Rua de Sendim e acabando na travessa da mesma rua. Vai ser difícil, creio! Finalmente Sr. Presidente saiba uma coisa, nós queremos que honrem aquilo que prometeram aos que já cá não estão. E para terminar com veemência vos digo, nós ainda cá estamos! Façam constar em acta o conteúdo da minha intervenção. Obrigado.”

De seguida interveio o Sr. Manuel Domingos que começou por dizer que a intervenção política não se esgota no âmbito dos partidos. Agradece as referências elogiosas em nome da AMVNA, sendo que os elogios à sua pessoa são totalmente dispensáveis. Refere que ficam satisfeitos pelo facto do Presidente da Junta trazer o assunto à Assembleia. Sendo que assume total disponibilidade para trabalhar com uns e com outros. Sublinha que tinha pedido ajuda à ADCA que cedeu a sala que tinha protocolado com a

Junta de Freguesia e verificaram que se correm sério riscos de segurança. Quero ajudar a resolver os problemas, há uma partilha. A candidatura é para partilhar. O documento que foi entregue tinha lacunas e tentamos resolver. Com a nossa ajuda conseguimos produzir um documento para respeitar todos os requisitos. Se não for executado o dinheiro terá que ser devolvido. Terminou sublinhando que todos devem ficar cientes que assumimos que o espaço será disponibilizado a todas as associações.

Tomou a palavra o Sr. José Meira. Apresentou o protocolo de cedência ao Presidente da Junta, e perguntou se ele não sabia do documento e se já o analisou. Disse que enviou dois e-mail e não obteve resposta. Nos e-mail fundava a reclamação e salientava que a maior preocupação era o caminho. Vai começar a cobrar taxas aos carros que chegam à porta da propriedade dos seus falecidos pais e precisam de entrar no portão para dar a volta para trás. Tiveram um sacrifício enorme com o falecido pai em desce-lo no empedrado à chuva. Refere que tiveram um prejuízo em ceder um terreno que dava para construção e agora não dá.

De seguida interveio a Sr. Ingrid Van Dorpe que começou por agradecer a intervenção de Duarte Figueiredo nos melhoramentos a fazer na praia do Rodanho. Relativamente às contas disse que existem muitas falhas e já não dá para endireitar, disse que lhe faz confusão a imaginação das contas. Alertou para a necessidade de se efectuar limpezas florestais antes do verão. Finalizou dizendo que a extensão de saúde tem que ter a informação sobre os dias em que está aberta.

Finalmente tomou a palavra o Sr. José Manuel Freixo e começou por agradecer à Assembleia o voto de louvor. Disse não gostar da intervenção do Presidente da Junta relativamente a este processo. Não consultaram a Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia porque não era necessário. Em nome da Direcção da ADCA desagradou-lhe o apelo à abstenção. O processo vai seguir e logo se verá. A carrinha foi oferecida pela Junta de Freguesia à ADCA. Nunca ninguém da ADCA disse que a Junta de Freguesia não colaborava. Há um desacordo entre as partes devido à tomada de posição por parte da Junta de Freguesia e desde então as coisas não correram como se queria. A Junta de Freguesia colabora com sala, água, luz, internet e carrinha para a ADCA. Disse, ofereceram-nos a carrinha e obrigado. Lembrou que esta está ao serviço das instituições da terra. Tive uma queixa Ministério Público devido a um cidadão que fez queixa. Em relação ao armazém a ADCA, refere que esteve sempre disponível para falar do armazém e fez cinco ofícios dos quais não teve resposta. No final do ano a Junta de Freguesia enviou um ofício e a ADCA não respondeu dado estar à espera de outras respostas. Lembrou que nunca dissemos que não se negociava o armazém. O contrato entre as partes não foi cumprido. Não se pode entregar a obra sem esta estar concluída. Os oitenta mil euros foram pagos pelo anterior executivo. Se a Câmara não deu não foi culpa da ADCA. Finalizou dizendo que sabe das ameaças nomeadamente da sala cedida.

O Presidente da Junta começou por afirmar ao José Manuel Freixo, que três meses são o tempo entre

assembleias e não o tempo de ameaças. Lembrou este imbróglio tem três intervenientes: Câmara Municipal, Junta de Freguesia e ADCA. O Presidente da Junta está aberto a moldar-se.

À Sra. Conceição informou que está salvaguardada a situação da sua filha e de todos os que se encontrem em situações semelhantes.

À Sra. Ingrid agradeceu a sua intervenção e lembrou que é um empenho pessoal para resolver a extensão de saúde. Elogiou o trabalho de limpeza que foi feito pelo seu vizinho e informou que a Junta está a fazer um trabalho brilhante de limpeza no canal do moinho do Tulho.

Agradeceu a intervenção do Sr. Manuel Domingos.

Aos irmãos Meira lembrou que o compromisso está assumido e também é válido para os herdeiros. Os problemas antigos têm que ser resolvidos. Já se tentou fazer alguma coisa e estamos todos a intervir e se calhar “vai se estragar a sopa”. As diferenças entre os proprietários são evidentes e em 2011 mudaram de opinião.

Na Rua Nova, a Sr.^a Fátima Faria foi quem deu mais. O preço do terreno é cerca de 73 euros o metro quadrado. Tinha dado quatro e depois passou para doze metros. Afirmou que muito o surpreende quem vem dizer que a Junta de Freguesia não fez nada na Rua Nova. A Junta de Freguesia pede os terrenos e ficam no domínio público e não deve nada a ninguém. Finalizou que fique claro que não quer o reconhecimento por lápide, mas quem for intelectualmente honesto saberá dar-lhe o reconhecimento.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos legais.

O Presidente da Assembleia _____

O Primeiro Secretário _____